



**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**VILSON ERVANDIL MESSA DOS SANTOS**

**O DOCENTE E SUA FORMAÇÃO FRENTE A VIOLÊNCIA NO  
AMBIENTE ESCOLAR: UM NOVO OLHAR**

Uruguaiiana-RS  
2015

VILSON ERVANDIL MESSA DOS SANTOS

**O DOCENTE E SUA FORMAÇÃO FRENTE A VIOLÊNCIA NO  
AMBIENTE ESCOLAR: UM NOVO OLHAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciências da Natureza.

Orientador: Prof. Me Dário Ceccon

Coorientador: Prof. Dr. Rafael Roehers

Uruguaiiana-RS  
2015

VILSON ERVANDIL MESSA DOS SANTOS

## **O DOCENTE E SUA FORMAÇÃO FRENTE A VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR: UM NOVO OLHAR**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências da Natureza da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciências da Natureza.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 04 de julho de 2015.

Banca examinadora:

---

Prof. Me.Dário Vinicius Ceccon Lanes  
Orientador  
UNIPAMPA – Campus Uruguaiana

---

Prof.<sup>a</sup> Me. Diana Salomão de Freitas  
UNIPAMPA – Campus Bagé

---

Prof.<sup>a</sup>. Me. Viviane Pouey Vidal  
UNIPAMPA – Campus São Borja

Dedico esse trabalho a minha mãe, Eva Messa, pelos seus cuidados, que foram essenciais em alguns momentos, me dando a esperança necessária para seguir em frente. A meu pai, Ilcio dos Santos, seus ensinamentos me deram a segurança e a certeza de que não estive sozinho nessa caminhada e que a dor da sua ausência é minimizada pela esperança de um dia nos reencontrarmos.

## AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado força e persistência para enfrentar todos os desafios e obstáculos, que surgiram durante minha formação acadêmica. Sempre foi meu porto seguro e minha fortaleza em todos os momentos de dificuldade.

A minha esposa Tiane Müller que esteve comigo nessa jornada, que por muitas vezes se privou de momentos de lazer para ficar ao meu lado, trilhamos juntos esse caminho, que não foi fácil. Compartilhamos muitas lágrimas e sorrisos, mas teu amor, estímulo e carinho foram as ferramentas necessárias para nossa vitória.

Aos meus filhos, Camila dos Santos, Leonardo dos Santos e meu caçula Miguel dos Santos, aos quais divido minha vida e meu amor, por vocês que luto, por vocês que enfrento qualquer obstáculo e é por vocês que dedico essa vitória. Em especial dedico ao meu pequeno Miguel, que nasceu durante minha vida acadêmica, e fez com que ela nunca mais fosse a mesma, mudou minha vida, mudou minha existência. É a alegria do meu dia a dia, é o suporte no qual me apego para enfrentar todas as adversidades, essa vitória também é tua meu pequeno Miguel. Te amo muito.

Ao meu Orientador, Dário Vinicius Ceccon Lanes, e ao meu coorientador Rafael Roehers pela paciência, dedicação, incentivo e sabedoria que muito me auxiliaram para conclusão deste Trabalho de Conclusão de Curso.

A todos os mestres e colegas, que me ensinaram, incentivaram e ajudaram, direta ou indiretamente, contribuindo assim, para que eu pudesse crescer e concluir mais essa etapa da minha vida.

## RESUMO

Atualmente percebe-se no ambiente escolar a violência contra os docentes, violência esse que vem aumentando a cada dia. Dentro desse contexto verificasse que esse aumento da violência está ligado a falta de formação nos bancos acadêmicos sobre a violência, deixando os docentes e futuros docentes a mercê da falta de conhecimento e formação necessária para intervir, gerenciar e mediar essas situações que permeiam as nossas escolas. Este trabalho foi realizado através de levantamento e análise bibliográfica específica. Escolheu-se este tema devido ao alto índice de violência ocorrido dentro e fora das escolas contra os docentes, e que vem aumentando gradativamente, deixando sequelas tanto físicas quanto psicológicas. A partir da revisão bibliográfica, foi possível perceber a necessidade da curricularização sobre a violência em todas as disciplinas das licenciaturas. Percebe-se que dentro desse contexto, nossos docentes e futuros docentes não estão preparados para enfrentar a violência escolar, pois não recebem nenhuma formação sobre a violência durante a graduação. E partindo desse pressuposto esse trabalho visa sugerir que nas licenciaturas, durante a formação acadêmica, venha a ser curricularizada a violência, que prepare os futuros docentes de forma preventiva pedagógica para a redução desses índices. Bem como uma formação continuada para os docentes que já atuam nas escolas.

Palavras-Chave: violência, formação de professores, escola.

## **ABSTRACT**

Currently it is perceived in the school environment violence against teachers, this violence that is increasing every day. In this context we see that this increase in violence is linked to lack of training in academic banks on violence, leaving teachers and future teachers at the mercy of lack of knowledge and training necessary to intervene, mediate and manage these situations that permeate our schools. This work was carried out through specific survey and literature review. The issue was chosen due to the high levels of violence occurred within and outside schools against teachers, which are gradually increasing, leaving both physical and psychological sequelae. From the literature review it was possible to see the need to establish a curricularising on violence. It is noticed that in this context, our teachers and future teachers are not prepared to address school violence; they do not receive any training on violence during graduation. And under this assumption, this paper aims to suggest that the degrees during the academic background will have a curricularising discipline on violence to prepare future teachers in a preventively pedagogical way to reduce these rates, as well as a continuing education for teachers already working in schools.

**Keywords:** violence, teacher training, school.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2. JUSTIFICATIVA.....	12
3. OBJETIVO.....	13
4. METODOLOGIA.....	14
5. DISCUSSÃO E RESULTADOS.....	15
5.1 Violência contra os docentes.....	15
5.2 A Administração Escolar versus Violência Escolar.....	21
5.3 Interpretando as leis.....	23
5.3.1 Dos Direitos Individuais.....	26
5.3.2 Das Medidas Sócio Educativas.....	27
5.3.3 Código Penal.....	28
5.4 Escola x Sociedade.....	29
5.5 Fatores de Risco da Violência.....	31
5.5.1 Fatores Psicológicos.....	32
5.5.2 Fatores Familiares.....	32
5.5.3 Fatores relativos a colegas, condição sócio econômicas e vizinhança.....	32
5.5.4 Fatores Circunstanciais.....	33
5.6 Componentes necessários para a formação de professores frente a violência escolar.....	34
5.6.1 Primeiro elemento.....	35
5.6.2 Segundo elemento.....	35
5.6.3 Terceiro elemento.....	35
5.6.4 Quarto elemento.....	36
5.6.5 Quinto elemento.....	37
5.6.6 Sexto elemento.....	37
5.6.7 Sétimo elemento.....	37
5.6.8 Oitavo elemento.....	37
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40



## 1.INTRODUÇÃO

A violência não é algo novo, pois desde os primórdios da humanidade há relatos de violência. A história relata que segundo a Bíblia, Caim invejou o irmão, vindo a fazer aquilo que seria o primeiro homicídio: Caim matou Abel. “E falou Caim com o seu irmão Abel; e sucedeu que, estando eles no campo, se levantou Caim contra o seu irmão Abel, e o matou” (Gn 4:8). Segundo Palma (2008)

Antes, porém, vale ressaltar a importância das narrativas contidas no texto bíblico, que servem de escol para algumas teorias sobre a violência, como as de René Girard e Roger Dadoun. Tanto em um quanto em outro estudioso, aparece a figura inicial da violência como sendo a dos irmãos que disputam o prestígio perante Deus. Os filhos do casal primordial, Caim e Abel, resolvem dedicar uma oferenda ao Senhor, cada qual lhe oferece o que possui e considera fruto de seu trabalho. Caim oferece os frutos da terra, pois era agricultor. Já Abel, sendo pastor, lhe oferece os primogênitos de seu rebanho. Deus aceita a oferta de Abel e recusa a de Caim, acusando-o e castigando-o, sem que o texto bíblico justifique tal atitude. O resultado é fatídico: Caim mata Abel, inaugurando a violência entre os homens.

É importante salientar também que “existem relatos da Idade Média, em que a violência física fazia parte do homem medieval. Atos violentos eram comuns, tais como: mãos decepadas, purificações em fogueiras, mortes públicas, entre outros” (HAYECK, 2009. p. 1). Diante dessa perspectiva Abreu (2004), relata que;

As penas aplicadas aos criminosos variavam conforme o grau do crime. Além da expulsão da cidade, as punições mais recorrentes eram o pelourinho, onde o criminoso era castigado em público, a pena de morte extra muros e a prisão. Em um Evangelário do século XI, encontra-se uma representação de uma prisão medieval, em que um criminoso está sendo conduzido por dois cidadãos a uma cela em tamanho reduzido. A imagem sugere que a segurança nas cidades era responsabilidade não só das autoridades judiciárias e militares, mas também dos próprios cidadãos. De fato, as corporações de ofício deviam fornecer regularmente um contingente para a vigilância noturna, devendo participar da defesa e segurança da cidade. (pg.09)

Dessa forma a humanidade passou a conviver com a violência incorporada no nosso cotidiano, tornando-se praticamente parte de nossa vida, banalizando de certa forma essas atitudes. Assim, segundo Odalia (1985: 14) “[...] uma das condições básicas da sobrevivência do homem, num mundo natural hostil, foi exatamente sua capacidade de produzir violência numa escala desconhecida pelos outros animais. ” Então falar sobre violência ou tentar achar

um conceito simples é difícil, pois é muito amplo seu significado e está historicamente instituído em nossa sociedade.

É importante salientar que, a violência física, psicológica e social está presente no nosso meio há bastante tempo, segundo o dicionário francês Robert (HAYECK ,2009 apud ROBERT, 1964) a violência é:

- a) O fato de agir sobre alguém ou de fazê-lo agir contra a sua vontade empregando a força ou a intimidação;
- b) o ato através do qual se exerce a violência;
- c) uma imposição natural para a expressão brutal dos sentimentos.
- d) a força irresistível de uma coisa,
- e) o caráter brutal de uma ação.

Dentro desse contexto, percebemos ainda que nos dias atuais é difícil conceituar violência, Hayeck (2009), relata que:

Além da análise com relação à definição da palavra violência, existem também algumas interpretações sobre o tema. A violência é considerada um fenômeno biopsicossocial cuja complexidade dinâmica emerge na vida em sociedade, sendo que esta noção de violência não faz parte da natureza humana por não possuir raízes biológicas. Por isso, a compreensão desta leva à análise histórica, sociológica e antropológica, considerando as interfaces das questões sociais, morais, econômicas, psicológicas e institucionais (MINAYO, 1994 apud HAYECK. p.3)

Muitas vezes sofremos ou realizamos violência física, verbal ou psicológica, sem perceber que isso acontece, mas quando a violência invade nossas escolas e é praticada contra os docentes, ficamos inertes e muitas vezes engessados contra essas atitudes para qual não estamos e não fomos preparados para enfrentar em nossa graduação. Dentro dessa perspectiva essa pesquisa visa desenvolver um novo olhar e uma possível preparação nos bancos acadêmicos contra esse tipo de violência que assola nossos docentes dentro e fora das salas de aula, visando preservar a integridade física, psicológica e social, desses profissionais ora formados.

A escola tem um papel fundamental na formação do cidadão, sendo esta indispensável para desenvolver aptidões, que vão ao encontro dos valores éticos e morais de uma sociedade justa e igualitária, mas em contrapartida, Maia afirma que:

De modo específico, o papel da escola ancora há anos em um quadro concreto de disposição de relações desiguais; recursos materiais e físicos incompatíveis com as necessidades; salas abarrotadas de alunos, contribuindo para conflitos interpessoais; falta de preparo adequado por parte de professores para lidar com condutas de indisciplina e, mesmo com uma política educacional de universalização do acesso à escola, tal expansão não foi acompanhada de uma ação que priorizasse a qualidade. Ou seja, apesar do contexto e função social em que a escola se insere, o que se observa é que este espaço está por reforçar a indisciplina. (2013.p.540)

Dessa forma, ressaltamos que, a missão precípua da escola que é a aprendizagem e a educação, fica muitas vezes além do esperado, devido à carência de fatores básicos, como por exemplo, um espaço físico adequado para o desenvolvimento de atividades inerentes ao número de alunos. Contribuindo de certa forma, para o aumento das dificuldades encontradas pelos docentes em sala de aula, limitando ainda mais seu controle de classe.

Enfim, por trabalhar na área da segurança pública por mais de dez anos, vivencio quase que diariamente agressões, violência e depredações praticadas por nossos jovens, sendo que por diversas vezes encaminhamos esses jovens às autoridades competentes por terem cometido um ato infracional, desacato e violência praticada contra nossos docentes no município de Uruguaiana-RS. Cabe ressaltar que, se percebe a falta de informação e formação que orientem os docentes frente a esses diversos tipos de violência.

E é dentro desse contexto que fui instigado a propor que, sejam problematizados e estudados aos diversos tipos de violência no ambiente escolar, e sejam curricularizados nas licenciaturas, para a formação dos futuros docentes e uma formação continuada aos docentes que já atuam em nossos educandários.

## 2. JUSTIFICATIVA

Dentro do contexto vivido atualmente pelos docentes em sala de aula, onde a violência perpassa os muros e vem crescendo de forma gradativa, onde o número de ocorrências e o aumento do índice de violência física, verbal, psicológica e social, assolam nossas escolas e vitimam nossos docentes, deixando marcas físicas, psicológicas e sociais.

Constata-se que 58% desses docentes não se sentem seguros em relação a condições ambientais e psicológicas nos seus contextos de trabalho e 87% não se consideram amparados pela legislação educacional quando se vêem vítimas de agressões encetadas por alunos. Nestas circunstâncias e como conclusão, 89% dos professores gostariam de poder contar com leis que os amparassem no que tange esta problemática (MENDES, 2006).

E dentro dessa perspectiva, percebe-se a importância de que sejam curricularizadas o estudo dos diversos tipos de violência para as licenciaturas, para que durante a formação acadêmica possam ser problematizadas e estudadas essas questões, afim de preparar os futuros docentes de forma preventiva pedagógica para a redução desses índices.

### **3. OBJETIVO**

Propor que, a partir dos referenciais estudados, possamos despertar na formação inicial e na formação continuada à importância dessa discussão, onde todos os professores, em todos os componentes curriculares das licenciaturas, possam contextualizar e problematizar sobre a violência contra os docentes, contemplando dessa forma uma formação nos bancos acadêmicos, visando o estudo e a percepção da violência tanto física, psicológica e social, para que os futuros docentes e docentes possam lidar com os diferentes tipos de situações que serão vividas durante o desenvolvimento de suas atividades dentro e fora das escolas.

#### **4. METODOLOGIA**

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi a revisão literária, onde a coleta de dados foi realizada no Banco de Teses da Capes e no Google Acadêmico de onde foram retirados 12 artigos, também foram utilizados na pesquisa 02 livros e 01 revista, para leitura e análise a fim de coletar os dados de interesse para a referente revisão literária.

Foram utilizadas as palavras-chave: “Violência Escolar” e “Formação de Professores” para buscar os materiais necessários.

## 5. DISCUSSÃO E RESULTADOS

### 5.1. A VIOLÊNCIA CONTRA OS DOCENTES

A partir da revisão literária percebe-se a importância de falar sobre esse tema, que está presente no dia a dia de docentes nas escolas de todo o Brasil (tabela 1).

Cabe ressaltar que, para fins de subsídios e argumentos, do tema escolhido, foi realizada uma pesquisa, posterior à acima citada, no dia 11 de junho de 2015, as 20:00h no Google e no Google Acadêmico, usando as palavras, violência, aluno, professor, docente e ambiente escolar, conforme abaixo discriminado:

Tabela 1. Resultados de buscas no Google e no Google acadêmico pelas expressões contendo violência.

Descrição	Google	Google Acadêmico
Violência aluno professor	607.000	33.900
Violência ao docente	22.100.000	95.400
Violência contra os docentes no ambiente escolar	777.000	33.100

É importante destacar que, essa pesquisa faz com que se perceba a abrangência desse assunto, demonstrando que o tema violência, está muito presente, em artigos, documentos, notícias, de forma relevante e preocupante.

Ancora-se os dados acima relatados, com uma pesquisa global realizada pela British Broadcasting Corporation<sup>1</sup> - BBC Brasil em 2014, com mais de 100 mil professores e diretores de escola do segundo ciclo do ensino fundamental e do ensino médio (alunos de 11 a 16 anos), colocando o Brasil no topo de um ranking de violência em escolas. Na enquete da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), 12,5% dos professores ouvidos no Brasil disseram ser vítimas de agressões verbais ou de intimidação de alunos pelo menos uma vez por semana.

Trata-se do índice mais alto entre os 34 países pesquisados - a média entre eles é de 3,4%. Depois do Brasil, vem a Estônia, com 11%, e a Austrália com 9,7%. Na Coreia do Sul, na Malásia e na Romênia, o índice é zero.

"A escola hoje está mais aberta à sociedade. Os alunos levam para a aula seus problemas cotidianos", disse à BBC Brasil Dirk Van Damme, chefe da divisão de inovação e medição de progressos em educação da OCDE.

<sup>1</sup> "Corporação Britânica de Radiodifusão", mais conhecida pela sigla **BBC**, é uma emissora pública de rádio e televisão do Reino Unido fundada em 1922.

Percebemos que a violência perpassa os muros das escolas e está enraizada na nossa sociedade, sendo muitas vezes desencadeada pelos alunos contra os docentes, sendo que estes, não foram preparados para administrar situações como essas. Hayeck relata que

[...] não podemos nos ater a um discurso social de uma violência única e singular, e sim como um fenômeno inscrito na realidade do mundo social que se expressa de diversas maneiras. Contudo, é preciso pensar o fenômeno da violência e suas causas como um elemento plural. Por acreditarmos que este fenômeno é um fator proveniente de múltiplas causas, podemos destacar: o mau funcionamento da Justiça, impunidade, colapso da educação e da saúde, corrupção, influência da mídia, crescimento das cidades, egoísmo, ineficácia de políticas públicas, das práticas de intervenção e prevenção da violência, convivência silenciosa dos envolvidos (das vítimas, dos demais, dos profissionais). (2009.p.7).

Os professores, muitas vezes preocupados em atingir metas e objetivos, esquecem que os alunos vêm de uma sociedade historicamente excludente e capitalista que fomenta a desigualdade social, que acaba marginalizando e escravizando esses alunos, desenvolvendo esses comportamentos agressivos. Dentro desse contexto Couto (2013), relata que:

[...]atendendo ao seu papel de facilitador, deve possuir conhecimentos suficientes para trabalhar, não apenas os aspetos físicos e motores, como também as componentes sociais, culturais e psicológicas. Isso significa que, para além da capacidade de ensinar conhecimentos específicos, é também função do professor, na interação que estabelece com o aluno, transmitir, de forma consciente ou não, valores, normas, maneiras de pensar e padrões de comportamento para se viver em sociedade. (p.50)

A escola dentre seus objetivos, visa à formação de cidadãos conscientes e críticos, sendo que dentro desse contexto a disciplina está intimamente ligada, e olhando os docentes como formadores de opiniões, que procuram preparar indivíduos para viver em sociedade, com valores morais e éticos pré-definidos, encontram muitas vezes, resistência na própria família do aluno, pois vão de encontro aos valores pregados e vividos por eles. E segundo Maia (2013):

[...] este problema deve ser avaliado de forma mais profunda, uma vez que se sabe que o desemprego, a baixa escolaridade e demais fatores estressantes vivenciados pela família interferem diretamente em sua relação com a educação para com os filhos. (2013.p..543)



Salientamos que, a situação social e a família do aluno têm influência direta na sua conduta no ambiente escolar, segundo Içamitiba (2005):

Os pais, no lugar de reconhecerem a importância da escola na educação dos filhos e reforçá-la, acabam sendo aliados dos filhos na delinquência.  
Um aluno tem poucas condições de aprender se não respeitar sua escola e se maltratar seus professores. Não poderá ser um bom cidadão o aluno que se sentir superior ao seu professor por seu pai ter mais dinheiro que ele.  
Como os pais podem delegar à escola a educação pessoal de seus filhos? Para a escola, os alunos são transeuntes curriculares; para os pais, os filhos são para sempre.

E quando essa influência acaba servindo como estopim para a violência contra os docentes, percebemos que estes, quando saem da graduação e são inseridos na sala de aula, se deparam com situações que não foram ensinadas ou vividas durante sua formação acadêmica, tornando-os meros observadores e por muitas vezes vítimas do despreparo ou desconhecimento para enfrentar situações adversas como essas, segundo Maia (2013):

[...] professores e funcionários são preparados por uma formação que recai em uma visão simplista, preparando-os para atuar junto a um modelo padrão de aluno. Considerar as adversidades, potencialidades, linhas de raciocínio, especificidades culturais, religiosas e econômicas do aluno torna a construção de um olhar atento e provedor de sabedoria como ferramenta útil para mediar situações que qualifiquem e/ou contribuam com o cenário atual. Assim, é importante compreender a adolescência em suas especificidades e diversidades nesse período do ciclo vital, contextualizando-a na cultura e na sociedade na qual está inserida... (2013.p.543)

De certa forma, quando os docentes se deparam com situações atípicas e muitas vezes violentas, é natural que “ao se depararem com tais situações, a maioria dos docentes opta por não revidar as agressões, tentando estabelecer diálogos. ” (MENDES, 2006). E muitas vezes ficando à mercê do desconhecimento de seus direitos e impotentes diante dessa violência que está impregnada em nossas instituições escolares.

É importante salientar que, a própria instituição não está preparada para dar a orientação e o suporte necessário para os docentes hora vitimizados, e da mesma forma uma orientação para aluno infrator.

Enquanto ninguém consegue se entender em relação a violência escolar, quais são as causas, quem são os responsáveis, de quem é a culpa, o Ministério da Educação (MEC) diz não ter dados unificados sobre a violência escolar. Mas o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP, órgão ligado ao ministério, reconheceu que o tema fez

parte da Prova Brasil - avaliação nacional com respostas voluntárias de professores, alunos e diretores. Os últimos dados, de 2011, foram tabulados a pedido da British Broadcasting Corporation - BBC Brasil.

Os resultados apontaram que um terço dos professores que responderam ao teste disse ter sido agredido verbalmente por alunos (Tabela 2). Um em cada dez afirmou ter sofrido ameaças. Aproximadamente um a cada 50 apanhou de estudantes. Abaixo as perguntas que foram realizadas aos professores:

Tabela 2. Perguntas feitas a professores do ensino médio na pesquisa no INEP em 2011.

<b>Perguntas para os Professores</b>	<b>Sim</b>	<b>Total</b>
Você foi ameaçado por algum aluno?	19.588 (9,6%)	223.253
Você foi agredido verbalmente por algum aluno?	73.857 (33%)	223.019
Você foi agredido fisicamente por algum aluno?	4.195 (1,9%)	224.991

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP

Diante desse contexto, a socióloga Miriam Abramovay relata que:

"É simplista culpar crianças e adolescentes por tudo o que acontece", e alerta a pesquisadora do tema com passagens pela Unesco, Banco Mundial e Unicef.

"A escola tem culpa, porque se isola das comunidades e não se atualiza. E os professores têm péssima formação, simplesmente não conseguem, e muitas vezes nem tentam conquistar os alunos", diz. "No fim, todos são vítimas."

Reforçando os dados que foram levantados pela BBC, na prova Brasil com os professores, o Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São Paulo (Apeoesp), em maio de 2013, levantou os seguintes dados: 44% dos professores da rede estadual já haviam sofrido algum tipo de violência na escola. Sendo que, a agressão verbal foi a forma mais comum de ataque, tendo atingido 39% dos docentes, seguida de assédio moral (10%), bullying (6%) e agressão física (5%). O estudo mostrou ainda que, quem mais sofreu violência escolar foram os professores do sexo masculino, que lecionavam no ensino médio, sendo que 65% deles foram agredidos de alguma forma.

Cabe ressaltar ainda que, dentro desse contexto, encontramos professores sem autoridade e desmotivados, com o quadro de abandono da carreira, pais que repassam para a escola a tarefa de educar, alunos inquietos, salas de aula que parecem ter parado no tempo, governos omissos formando uma rede de problemas e criando uma bomba relógio que pode explodir a qualquer momento dentro das escolas, bomba essa chamada de violência.

A Apeoesp (2013), divulgou também alguns exemplos da violência sofrida por alguns professores, que acredito ser relevante nessa pesquisa, pois demonstra a realidade vivida atualmente por nossos docentes em todo Brasil.

Os casos são verídicos, que foram relatados por professores em uma pesquisa realizada pela Apeoesp, que foi intitulada “Violência contra professores – Quando a tarefa de ensinar vira caso de polícia”, abaixo alguns relatos de professores, vítimas da violência.

Relato 1 -

**Professora teve traumatismo craniano após agressão de uma aluna.**

O que era para ser uma simples reprimenda pela bagunça no corredor da escola, tornou-se caso de polícia, após uma aluna partir para a agressão física contra a Professora GTS, que veio a bater com a cabeça no chão, e teve traumatismo craniano, ficando 15 dias no hospital e seis meses em casa, até se recuperar. Isso aconteceu em 2009, em uma escola pública de Porto Alegre. A professora ora agredida, deu a volta por cima, enfrentou o medo da sala de aula, e hoje desenvolve um projeto de alfabetização, que é exemplo no Rio Grande do Sul.

Relato 2 -

**Professora cai em depressão e precisa mudar de casa após agressão.**

Giulianer Carpes / Terra

LS tomou oito golpes – segundo o agressor de 15 anos – de um aluno da Escola Municipal João Kopke, na zona norte do Rio de Janeiro, no dia 21 de março de 2013. Mas muitos outros socos continuaram ocorrendo depois da agressão. Hoje, ainda sente os efeitos do trauma. Ainda não voltou a trabalhar e só recentemente começou a sair de casa sozinha.

“É uma sensação estranha. Um misto de medo, raiva, vergonha. A gente não sabe o que as pessoas estão pensando, falando, julgando”. Diz a professora, que sentiu o segundo grande golpe depois da agressão, quando foi para a delegacia. No local, a professora cruzou com o aluno e sua mãe. Ele ria. Ela questionava que não havia marca aparente da agressão.

O empurrão na escada ocorreu porque a professora havia chamado a atenção do aluno. Ela correu para sua sala, enquanto um professor segurava o agressor, que acabou se desvencilhando e conseguindo dar os golpes embora ela tentasse se defender com as mãos sobre o rosto.

Fratuou o nariz, lesão que demorou alguns exames para ser encontrada, mesmo que ela tivesse pagado consultas num hospital particular – mais um soco. “Fiquei 15 dias com o rosto dormente. Não conseguia dormir. Fechava os olhos e via aquele garoto me agredindo. Quando ele saía, olhava para trás e ria”.

Moradora de região próxima à escola, a professora caiu em depressão, passou a tomar remédios e teve de se mudar com os dois filhos para outro lugar. O garoto foi apenas transferido de escola, medida praxe da Secretaria Municipal de Educação. A professora foi colocada em licença saúde.

Perdeu parte de seu salário por causa disso. Mas não reclama da Secretaria, que sempre procurou saber como ela estava e deu apoio psicológico. Reclama porque o aluno não tomou nenhum tipo de punição.

“Deveria juntar várias secretarias e formar um programa. Meus filhos, quando fazem alguma bobagem, eu deixo sem computador. O aluno tem que perder alguma coisa, mas não jogar num lugar onde ele vai ficar preso cultivando a raiva”.

E teme que ocorram outros casos. “Depois da minha agressão, soube de várias outras. O professor está cada vez numa situação mais vulnerável. A gente tem cada vez mais obrigações e está mais acuado.

Relato 3 -

### **Me sinto jogado no lixo, diz professor que largou sala de aula após agressão**

Ney Rubens Especial para Terra

G.A.P é professor da rede pública do interior de Minas, há 19 anos e há seis está em ajustamento funcional por causa de agressões dentro das escolas. O caso, que aconteceu em 2007, deixou traumas que até hoje não foram superados. O educador de 45 anos, que prefere não revelar o nome, contou que em um dia de trabalho, um dos alunos estava sem nota e não queria refazer a prova. Bastou para que o professor sofresse mais do que ameaças por parte do adolescente.

“Ele queria fazer a prova anterior que já estava corrigida. Quando eu falei que não, ele jogou a carteira em mim, a minha sorte é que não pegou. Eu saí da sala, fui relatar para a diretora e ela jogou a culpa para mim”, recorda.

Depois da agressão, o professor disse que o aluno não sofreu nenhuma punição por parte da escola, mas ainda hoje G.A.P sofre por causa desse episódio. Exercendo funções administrativas na escola, ele revelou que faz acompanhamento anual com um psicólogo e tem síndrome do pânico. “Todo tipo de assédio moral foi feito pra cima de mim. Não só parte dos alunos, mas também por parte da direção. Morava sozinho, passei dias trancado em casa, comendo restos de comida, porque eu não conseguia fazer mais nada”, conta.

O professor conta que já viu vários casos semelhantes dentro das escolas e que se sente mal ter que exercer outra função que não dar aulas, por causa do ajustamento. “Eu não

sou o único que tem ajustamento funcional, em uma das escolas tenho três colegas que estão na mesma situação. Eu me sinto como se tivessem me jogado no lixo”, desabafa.

Esses três relatos, representam os milhares de casos vivenciados pelos nossos docentes nas escolas, onde lhes são tirados a dignidade, a liberdade, a saúde, a esperança. Cabe ressaltar que, a falta de uma formação voltada a procurar entender essa violência, se faz necessária, pois não podemos intervir, ajudar se não conhecemos as causas, as origens e as consequências dessa violência. É importante salientar que, além dos docentes, as direções das escolas devem ter também uma formação, que oriente e protejam os professores, caso contrário os docentes ficaram à mercê da própria sorte.

Essa crise de valores na escola é claramente confirmada por Maria Izabel Noronha, presidente do sindicato dos educadores da rede estadual de São Paulo (Apeoesp - 2002), que relata o seguinte:

“Temos a mesma escola desde a época de Dom João VI. E essa escola, que não evolui, é vista pelo aluno como chata e maçante”.

“O pior nesse processo é que o professor sente-se sozinho, porque os únicos instrumentos que ele tem são o giz, a lousa e o apagador. Ele não tem amparo do governo e da família”.

Acredito que, além do amparo do governo e da família, se faz necessário uma formação nas licenciaturas, pois, os docentes precisam ter o conhecimento das leis que possam amparar suas ações e atitudes, pautadas na legalidade, bem como intervir e se proteger de agressões, através de seus conhecimentos.

## **5.2. A ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR versus VIOLÊNCIA ESCOLAR**

A competência administrativa das escolas deve estar baseada no projeto político-pedagógico e no regimento escolar. A direção das escolas tem como ferramenta para adequar condutas o regimento escolar, que deve ser entregue a cada aluno no início do ano letivo e que deve prever procedimentos que devem ser adotados.

Nesses procedimentos deveriam estar incluídos, inclusive as medidas punitivas, que iriam desde uma advertência até a transferência do aluno para outra escola.

Os casos de indisciplinas, incivilidades ou outros desvios de comportamento deveriam ser resolvidos no âmbito administrativo por meio do regime disciplinar. É importante salientar que, o desrespeito à lei (crime ou contravenção), cujo atendimento é da competência da

polícia, da incivilidade e transgressão à regra de uma instituição, que é da competência das instâncias específicas de instituição escolar (educadores).

Por óbvio que o delito atendido pela polícia no âmbito da escola possa gerar providências administrativas que deverão ser resolvidas pela escola, as ações não são excludentes.

A partir da Lei 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a educação escolar atual tem apresentado gradativas mudanças, onde se constitui em uma legislação educacional orientada pela democratização. E dentro dessa perspectiva, pode-se notar que o ensino vem sofrendo modificações dentro desse contexto, onde procura preencher lacunas ora apresentadas no ensino, criando muitas vezes alternativas ilusórias entre a teoria e a prática.

A sociedade vem sofrendo mudanças que interferem diretamente no contexto social das pessoas, e não seria diferente no contexto escolar. O Brasil, a partir dos anos 80, por ocasião da redemocratização, as pressões dos movimentos sociais em defesa da infância, em torno da Assembleia Constituinte, marcaram uma das maiores conquistas pelos direitos da criança: a incorporação de uma nova visão sobre a infância na Carta Magna, onde consta;

Art.227- É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição Federal, 1988).

Inclusive os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), baseados na Constituição Federal de 1988 e na LDB de 1996, que elegem os seguintes princípios para a educação escolar voltada para a plena cidadania: a) dignidade da pessoa humana. b) igualdade de direitos; c) participação; d) corresponsabilidade para a vida social. Privilegiando essa concepção de educação, os PCN destacam a ética como um dos temas transversais, a qual é dividida em quatro blocos: respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade. Dessa forma, a nossa sociedade vem sofrendo modificações que afetam diretamente as instituições escolares e as relações entre professores e alunos.

E à medida que ocorre essas transformações e mudanças percebemos o aumento da violência e a interpretação errada das medidas protetivas que acabam desencadeando mais violência e chamando a atenção de órgãos internacionais, que segundo a coordenadora da UNESCO Miriam Abramovay, que relata que:

[...] em uma pesquisa sobre vitimização realizada em 2003, com 2.400 professores, de seis capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Porto Alegre, Belém e Distrito Federal) mostra que 86% desses professores admitem haver violência em seus ambientes de trabalho. A então coordenadora da pesquisa da UNESCO, explica que a violência conseguiu impor a sua lei do silêncio. Segundo ela, a violência está nos dados: 61,2% dos professores, sujeitos da investigação, afirmam não saber se há tráfico de drogas na escola; 53,2% dizem não saber se gangues atuam na escola.

A mesma coordenadora relata ainda que:

(...) todo o problema do fracasso escolar vem não só da qualidade do ensino, mas também daquilo que ocorre no cotidiano escolar. (...) a escola não está organizada nem preparada para receber a população que passou a frequentá-la com a democratização do ensino (...) a violência também aumenta na medida em que o ensino se democratizou e a escola de hoje não tem mecanismos de resolução de conflitos. (Jornal da Ciência, de 6/7/2006, p. 2)

Dentro dessa perspectiva percebemos um desgaste e a desvalorização dos docentes, e com a implantação da progressão continuada, alguns dos alunos perderam o receio de ser reprovados e, com isso, não há o menor respeito pelo professor, que são demonstrados diariamente dentro e fora das salas de aula.

A democratização do ensino foi um avanço da democracia e do respeito aos direitos humanos, mas com elas algumas mazelas ficaram atreladas, pois há pouco tempo à autoridade estava nas mãos dos docentes, que eram vistos e respeitados como educadores e ícones de referência, mas atualmente vemos a desvirtuação e a inversão de valores e dos princípios legais que acabam gerando absolutismo e a ditadura dos alunos.

### **5.3. INTERPRETANDO AS LEIS**

Dentro dessa perspectiva, é necessário encontrar um meio termo que possa nortear os docentes a enfrentar esses desafios que encontrarão no desenvolvimento de suas atividades. Entendo que é necessária durante a graduação uma formação que possa dar um suporte teórico e prático aos futuros docentes, a entender e a desenvolver mecanismos que venham em contrapartida dessa inversão de valores. Além dos conhecimentos necessários para o desenvolvimento da docência, é importante na formação acadêmica o conhecimento das leis que protegem tanto os professores como os alunos. E esse conhecimento se faz necessário

para que o docente possa desenvolver um trabalho pedagógico preventivo, visando, conforme relata Santos et all (2006):

[...] que as agressões verbais e físicas contra o professor está no cotidiano escolar e que, ainda que registradas em manchetes de jornais que vêm apresentando mais de um caso de violência escolar por semana, tais notícias não têm sido veiculadas, concomitantemente, na imprensa falada (rádio e televisão). Vêm a necessidade dessa realidade ser mostrada e de o assunto ser debatido pela sociedade, o que requer a análise, entre outros, de fenômenos sócio-psicológicos como: mudança do conceito de núcleo familiar, alimentação social do sentimento de potência do adolescente que tem necessidade de mostrar que não tem medo e que tudo pode, pois *não dá nada*, e a influência da mídia.

É primordial que o docente esteja preparado para desenvolver um trabalho pedagógico preventivo sobre a violência, trazendo exemplos do cotidiano, para que os alunos entendam que existem leis que podem ser protetivas e punitivas, frente aos diversos tipos de violência praticados, acabando com a ideia de que *“não dá nada”*. É importante salientar que, o Estatuto da Criança e do Adolescente trouxe muitas conquistas, mas sua errônea interpretação e desconhecimento têm provocado inúmeras impunidades. Zieger (2006) afirma textualmente: na escola, educadores ouvem palavrões, levam tapas, escutam *“sou de menor, e tu não pode fazer nada comigo”* e se sentem impotentes diante desse quadro de dor, desrespeito e indisciplina. A professora não pode responder, não pode punir, não pode.

Cabe ressaltar que, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é um instrumento jurídico que já permite a responsabilização penal juvenil desde os 12 anos. Pois, conforme o artigo 112 do ECA, quando verificada a prática de ato infracional, poderá ser aplicada ao adolescente medidas de advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; ou internação em estabelecimento educacional.

Em 2012, o Brasil tinha 108.554 adolescentes cumprindo algum tipo de medida socioeducativa, segundo o Censo do Sistema Único de Assistência Social, elaborado em 2014. O número corresponde a 0,18% dos 60 milhões de brasileiros com menos de 18 anos. Do total, 20.532 (19%) cumpriam medida de internação ou semiliberdade e 88.022 (81%) estavam em prestação de serviços à comunidade ou sob liberdade assistida. Entre os atos infracionais, os contra a vida eram 13,3% - divididos em homicídios (9%), latrocínio (2,1%), estupro (1,4%) e lesão corporal (0,8%). Roubos somaram 38,6% e tráfico, 27 %, dos atos infracionais.



Até junho de 2011, o Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNAACL), do Conselho Nacional de Justiça, registrou ocorrências de mais de 90 mil adolescentes. Desses, cerca de 30 mil cumprem medidas socioeducativas. O número corresponde a 0,5% da população jovem do Brasil.

Faz-se necessário essa formação para que os docentes não fiquem passivos frente à banalização da violência, mas tenham a capacidade e a formação necessária para debater e orientar os alunos na problematização, discussão, e juntos analisar e reconstruir um novo patamar conceitual e pedagógico. Partindo desse princípio Içamitiba (2005), relata que:

Há alguns anos, a educação escolar tinha três graus: o fundamental, o médio e o superior com suas pós-graduações. Hoje está em voga a Educação Continuada, cujo objetivo é manter-se aprendendo sempre. É clicar no teclado a atualizar que nos leva a reorganizar nossos conhecimentos com a integração de uma nova aquisição. Quando aprendemos a clicar o atualizar, não mais conseguimos nos achar suficientes, sabedores de tudo, se temos a ideia de que surgiu algo novo que pode nos levar a um mundo que sequer desconfiávamos que existisse.

Foucault (1979), alenta-nos quando diz que as pequenas revoluções que acontecem em sala de aula, compatíveis à ruptura ou quebra de paradigmas, podem dar a chance de uma transformação histórica. A partir desse contexto precisamos debater e orientar os educandos, mas para isso os docentes precisam ser e estar preparados, para que quando desenvolverem suas atividades na docência, não seja surpreendido pela falta de conhecimento e passividade frente à violência.

Esse conhecimento deve estar ancorado no ECA, no Código de Processo Penal e no Código Penal, nos quais destaca-se alguns artigos, que se considera pertinente e necessários para que os docentes entendam essas leis, e não fiquem a margem do conhecimento, se sujeitando a passividade frente a violência ora sofrida. Sendo que, muitas vezes sofrem agressões devido a interpretação errônea dessas leis.

A Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 – dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente, possui 267 artigos, mas elenco alguns, que considero pertinente:

Art.2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade incompletos.

Entender esse artigo, se faz necessário pois se uma criança comete um ato infracional, o Conselho Tutelar deve ser chamado, para que juntamente com os responsáveis, sejam tomadas as medidas necessárias. Se for um adolescente, que comete um ato infracional, os

órgãos policiais deverão ser acionados, assim como os responsáveis para que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art.103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.

Cabe ressaltar que, os adultos cometem crime ou contravenção penal, as crianças e os adolescentes cometem ato infracional, a única diferença está na etimologia da palavra.

Art. 104. São plenamente inimputáveis os menores de dezoito anos sujeitos às medidas previstas nesta Lei.

Conforme Art. 26 do Título III - da Imputabilidade Penal, do Código Penal, diz o seguinte:

Art. 26. É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Art.27. Os menores de dezoito anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.

O artigo 104 do ECA, diz que são inimputáveis os menores de dezoito anos, isso significa que, são isentos, não podem responder pelo Código Penal e Código de Processo Penal, pois são menores e dessa forma não seguem essas leis. E a forma errônea de interpretar essa lei, que causa muitas vezes a passividade de nossos docentes.

Os menores não podem ser punidos por essas leis, mas por uma legislação especial, conforme consta no At. 127 do Código Penal, sendo que esse artigo se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Caso o menor cometa um ato infracional será punido conforme prescreve o Art. 112 do ECA, das medidas sócio educativas.

### **5.3.1. DOS DIREITOS INDIVIDUAIS**

Art.106. Nenhum adolescente será privado de sua liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único: O adolescente tem direito à identificação dos responsáveis pela sua apreensão, devendo ser informado acerca de seus direitos.

Esse artigo é de grande relevância, pois se o menor cometer um ato infracional, em qualquer lugar que seja, por exemplo, na sala de aula, no recreio, no laboratório, etc.. Ele poderá ser apreendido por qualquer pessoa, inclusive pelo professor (a), funcionários, etc..., amparado no Art. 301 do Código de Processo Penal, que diz o seguinte:

Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito. E para entender o que é flagrante delito o Art. 302 do Código de Processo Penal, explica:

Considera-se em flagrante delito quem:

- I – está cometendo a infração penal;
- II – acaba de cometê-la;
- III – é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração;
- IV – é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

### **5.3.2. DAS MEDIDAS SÓCIO EDUCATIVAS**

Art.112. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente as seguintes medidas:

- I – advertência;
- II – obrigação de reparar o dano;
- III – prestação de serviços à comunidade;
- IV – liberdade assistida;
- V – inserção em regime de semiliberdade
- VI – internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a IV.

Art. 101:

- I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III - matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e adolescente;

O artigo 112 do ECA, juntamente com o 101 de I a IV, explica que, quando comprovada a prática ou a comprovação do ato infracional pelo menor, a autoridade competente poderá aplicar as medidas sócio educativas, que vão da advertência a internação. Acabando com aquela mentalidade de que “não dá nada”. Os docentes precisam conhecer as leis, para que a partir desses conhecimentos possam efetivamente usarem a seu favor, mas

sempre dentro da legalidade. Lembrando que esses métodos são o último recurso, quando as crianças e os adolescentes cometerem realmente um ato infracional.

### **5.3.3. CÓDIGO PENAL:**

#### **LEGITIMA DEFESA**

Código Penal: Art. 25. Entende-se em legítima defesa quem usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Como relatado anteriormente, os docentes precisam ter uma formação na graduação e posteriormente uma formação continuada, sobre a violência, para que possam entender suas causas e consequências, bem como saber intervir, mediar, conciliar, evitando sempre o confronto, procurando antes de tudo o diálogo e o entendimento. Mas quando tudo isso não é suficiente? E quando a criança e/ou o adolescente partem para a agressão? O que fazer? O artigo 25 do CP, nos dá um norte, é possível sim e é legal se defender, conforme relata o artigo, usando moderadamente os meios necessários para isso. Não só para proteger sua integridade física, mas a de terceiros. Os docentes não devem ficarem passivos as agressões, com medo de que pode acontecer alguma coisa contra eles, pois como os adolescentes falam “sou de menor”.

#### **DESACATO**

Código Penal: Art.331. Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela:

Pena: detenção, de seis meses a dois anos, ou multa.

Cabe ressaltar que, o professor no exercício da sua função, na sala de aula, no laboratório, no recreio, em expedições de estudos, na sala de informática, está exercendo sua função, e desacata-lo é considerado um ato infracional, quando realizado por uma criança ou adolescente. Mas é importante esclarecer que, considerasse desacato, quando a ofensa agride a função que está exercendo. Não se pode confundir com calúnia, difamação e injúria, esses são crimes contra a honra, conforme descritos nos artigos 138, 139 e 140 sucessivamente, do Código Penal, sendo eles discriminados da seguinte forma:

Art. 138. Caluniar alguém, imputando-lhe falsamente fato devido como crime.

Art. 139. Difamar alguém, imputando-lhe fato ofensivo a sua reputação.

Art. 140. Injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade e o decoro.

O importante é que o professor mantenha a autoridade em sala de aula, evitando chegar ao ponto de usar a força, ou os órgãos policiais, para conter alunos em conflito com as regras e as leis vigentes.

Dentro dessa perspectiva Scherer (2008), relata o seguinte:

[...] existem dois tipos de autoridade. A autoridade autoritária, associada ao uso da força e da violência, e a autoridade por competência, associada a admiração dos alunos pela capacidade do professor. (p.82)

Scherer (2008) afirma ainda que, a autoridade por competência só acontece quando o professor e os alunos têm consciência de seus papéis e as normas estiverem bem claras e forem respeitadas por todos.

#### **5.4. ESCOLA X SOCIEDADE**

Dentro desse contexto, percebe-se que a escola é o retrato da nossa sociedade, que absorve todas as suas mazelas, e por muitas vezes não está preparada para absorver esses desafios, pois segundo Maia (2013):

Não se pode, portanto, discorrer sobre a violência na escola sem compreendê-la no âmbito social mais amplo que, apesar da complexidade e dos desafios que a escola enfrenta, não pode deixar de admitir a sua imprescindível importância para formação do ser-humano (2013, p.544).

Entender o papel da escola é primordial para que se possa enfrentar esses desafios, é preciso compreender o contexto da violência e seus autores, para que se possa enfrentar a realidade que invade nossas escolas, fazendo os docentes vítimas desse processo, no qual não estão preparados para enfrentar. É importante salientar que:

...partindo-se do princípio de que entender a violência requer conhecimento de suas causas, torna-se imprescindível fazer o levantamento do estado atual, principalmente, corroborando com a visão de atores envolvidos nesse contexto a fim de certificar problemas e viabilizar as prováveis ou possíveis soluções. (MAIA, et al, 2013, p.541).

Muitas vezes para a sociedade a escola é o último recurso, pois as famílias não conseguem manter os jovens afastados dos problemas da própria sociedade, como por exemplo, a violência, drogas, furtos, etc. Dentro dessa perspectiva, Silva & Castro relatam que:

... a escolarização acabou assumindo nas expectativas que a sociedade tem a respeito dela o papel de afastar o jovem do que se convencionou ser um “mau caminho”. Com isso a dimensão científica da atuação docente se enfraquece diante das expectativas dos atores sociais que acabam por desejar que a escola desenvolva mais enfaticamente o papel de instituição de controle social. (2008, p.50).

Precisamos entender o verdadeiro papel das escolas, como formadoras de opinião e principalmente entender o papel de seus atores principais, os professores. Receber toda essa carga da sociedade e não ter condições estruturais, formação inicial e continuada, acaba por comprometer toda a instituição e sua formação profissional.

Diante dos múltiplos desafios do futuro, a educação surge como um fenômeno indispensável à humanidade, cabendo-lhe a função de fazer com que as pessoas frutifiquem uma aptidão invulgar e potencializem sua originalidade. Vista como o mais importante espaço de formação cidadã, à escola são delegadas muitas incumbências que, apesar desse escopo, suas ações assumidas estão incongruentes com esse modo de responsabilização.

E diante desse cenário, os docentes precisam desenvolver o seu trabalho, visando a educação e formação cidadã dos alunos, que ficam sob sua responsabilidade, parecendo que são os principais atores no processo da educação desses jovens. Cabe ressaltar que:

Para superar esses difíceis problemas, é natural que os professores envidem esforços contínuos no sentido de conquistar a confiança dos pais e das próprias crianças. Esses problemas, entretanto, não podem ser facilmente solucionados apenas pelas escolas. Eles devem ser abordados de maneira mais abrangente, pela sociedade e pela nação, respectivamente. (MORITA,2002 p.131)

Faz-se necessário que a escola entenda a importância de todos no processo de ensino aprendizagem, e que o seu corpo docente esteja preparado para absorver e tentar minimizar a violência dentro das escolas, mas para que isso aconteça, os docentes precisam ter uma formação na sua graduação e posteriormente uma formação continuada. As nossas escolas, não podem apenas se preocupar com o conhecimento das áreas da educação, precisa sim entender sobre a violência.

Os professores, no decorrer da sua formação inicial ou mais a diante, tem que desenvolver a capacidade de intervir e de evitar comportamentos agressivos nas escolas. Sejamos claros: a capacidade de ensinar a ler, escrever e fazer operações matemáticas não é mais suficiente para educar os jovens que hoje frequentam nossas salas de aula. (ROYER.2002.p.251).

Na realidade os docentes precisam estar preparados para intervir quando necessário, a violência se apresenta de várias formas, é muito complexa e está presente no nosso dia a dia. O ser humano se torna violento de forma gradativa, por isso, a intervenção deve ser aplicada no primeiro momento quando é observada ou vivenciada. Dentro desse contexto, Gendrot relata que:

Para alguns existe uma continuidade, que vai desde os pequenos delitos, que destroem a atmosfera na sala de aula, aos assassinatos em massa perpetrados por adolescentes em áreas rurais isoladas. A resposta, portanto, deve ser tolerância zero desde o primeiro pequeno delito, para que o assassinato em massa não venha jamais a ocorrer. (2002. p. 168)

Esses esforços devem começar desde cedo, assim que os sintomas aparecerem, o que exige que os docentes estejam preparados, que tenham um treinamento sólido, que saibam identificar claramente a natureza dos problemas a serem resolvidos, que estejam convencidos da importância da sua formação e que estejam dispostos a coordenar suas ações com as de outros funcionários, utilizando-se da observação e bons métodos de comunicação, para que possam identificar qualquer tipo de violência, na sua origem. Como salientamos anteriormente, entender as causas da violência é muito complexo, pois conforme relata Gendrot (2002);

...a violência não é tanto um conceito quanto um conjunto de situações interligadas, mas assumindo formas que não podem ser comparadas entre si. Essas situações estão relacionadas a comportamentos que têm como finalidade causar mal a outros a seu corpo, a seu território, a seu ego afetivo. O que faz dela um fenômeno tão intolerável é que ela nega a aspiração individual e coletiva inviolabilidade, integridade, proteção, ao respeito e justiça. Quando unida palavra escola, o termo violência indica uma grave falha por parte da instituição e de seus planos futuros. (2002, p.169).

Mas quando a violência invade nossas escolas e acaba desencadeando agressões contra nossos docentes, de várias formas, como a violência física, verbal e psicológica, percebesse a importância da formação na graduação sobre a violência, para que os docentes tenham argumentos e meios de intervir e de se proteger dessas agressões.

## **5.5. FATORES DE RISCO DA VIOLÊNCIA**

Pois além do apoio da instituição e de leis que amparem os docentes, é necessário que os bancos acadêmicos oportunizem nas licenciaturas uma formação voltada a prevenção desses tipos de violência de forma a preservar a integridade física e moral dos futuros

docentes. Entendemos que seria impossível acabar com a violência contra os docentes nas escolas, mas com uma formação acadêmica que pudesse nortear as atitudes e prever certas situações, esse tipo de violência poderia ser minimizada.

Farrington (1997), destaca que é necessário entender como essa violência inicia, através da teoria da violência, mas para desenvolver teorias sobre a violência, é importante estabelecer de que forma os fatores de risco têm efeitos independentes, aditivos, interativos ou sequenciais. Destacando os seguintes fatores:

**5.5.1. Fatores psicológicos:** levam a prever violência juvenil estão hiperatividade, impulsividade, controle comportamental deficiente e problemas de atenção. Por outro lado, o nervosismo e a ansiedade, estão negativamente correlacionados à violência.

**5.5.2. Fatores familiares:** São muitos os fatores familiares que prenunciam violência futura. Supervisão parental deficiente, pais agressivos (incluindo disciplina severa e punitiva) e conflitos entre os pais. A ausência do pai era um fator quase tão decisivo quanto os anteriormente citados, embora a falta de afeto da mãe não fosse significativa.

**5.5.3. Fatores relativos a colegas, condição sócio econômica e vizinhança:** Del Elliot e Scott Menard (1996) concluíram, ambos, que a delinquência causava vínculos delinquentes e que esses vínculos delinquentes entre pares causavam delinquência. De modo geral, provir de uma família de baixa condição sócio econômica é prenúncio de violência juvenil. Por exemplo, no Levantamento Nacional sobre a Juventude dos Estados Unidos, a ocorrência de auto depoimentos de crimes e assaltos graves entre os jovens de classe baixa corresponderam ao dobro da verificada entre os jovens de classe média.

Famílias numerosas e pais jovens são fatores que podem ser classificados ou como sócios econômicos ou como familiares. Tanto no Estudo de Cambridge quanto no de Pittsburgh (Farrington,1998), o tamanho da família (número de filhos) era indicador de violência juvenil.

Mães muito jovens (mães que tiveram seu primeiro filho em idade precoce, em geral ainda na adolescência) também tendem a ter filhos violentos, como demonstrado por Morash e Rucker (1989) no Estudo de Cambridge, para a previsão de auto depoimentos de violência aos 16anos.

Em geral, os rapazes que moram em áreas urbanas são mais violentos que os das zonas rurais. No Levantamento Nacional sobre a Juventude dos Estados Unidos, a ocorrência de auto- depoimentos de assaltos e roubos graves foi considerada maior entre os jovens urbanos. (Elliot et al., 1989).



5.5.4. **Fatores circunstanciais:** Os fatores circunstanciais podem ser específicos a determinados tipos de crime: roubos, em oposição a estupros, ou mesmo furtos de rua, em oposição a assaltos a bancos. Uma das mais aceitas teorias circunstanciais da criminalidade é a teoria das atividades de rotina (Cohen e Felson, 1979), que sugere que, para que um crime predatório venha a ocorrer, o requisito mínimo é a convergência, no tempo e no espaço, de um agressor motivado e de um alvo conveniente, na ausência de um guardião capaz.

Farrington (1997), afirma ainda que, de modo geral, a probabilidade de ocorrência de violência aumenta com o número de fatores de risco. Por exemplo, no Estudo de Cambridge, foi desenvolvida uma pontuação de vulnerabilidade, com base nos cinco fatores de risco medidos na idade de 8-10 anos: baixa renda familiar, família numerosa, um pai condenado judicialmente, baixo QI e comportamento parental deficiente na criação dos filhos. O percentual dos meninos condenados por violência juvenil aumentou de 3%, entre os que não apresentavam nenhum desses fatores de risco, a 31%, entre os que apresentavam quatro ou cinco deles.

Essa teoria sugere que as influências de longo prazo (psicológicas, familiares, escolares, comunitárias, de grupos de pares etc.) levam ao desenvolvimento de diferenças individuais duradouras, razoavelmente estáveis e de mudança lenta, relativas ao potencial de violência. Essas variáveis de curto prazo dependem das influências motivadoras imediatas, tais como sentir-se entediado, zangado, bêbado ou frustrado, e também das oportunidades circunstanciais, incluindo a disponibilidade de vítimas potenciais.

Conforme relata Farrington, os principais fatores de riscos são:

[...]de longo prazo na violência juvenil são psicológicos (forte impulsividade e baixa inteligência, possivelmente associadas às funções executivas do cérebro), familiares (pouca supervisão, disciplina severa, maus-tratos físicos, um pai violento, família numerosa, família desfeita), colegas delinquentes, baixa condição sócio econômica, residir em centros urbanos e em bairros de alta criminalidade. Entre os principais fatores de risco circunstanciais de curto prazo constam o consumo de bebidas alcólicas e atos que conduzem a episódios violentos (por exemplo, a escalada de uma discussão trivial). (1997.p.50).

Partindo desse pressuposto, não podemos ignorar esses fatores de risco, pois estão presentes na nossa sociedade e inevitavelmente estarão presentes nas nossas escolas, mas infelizmente, por muitas vezes nossos docentes não estão preparados para enfrentar essas situações, e o mais grave é que as direções desses educandários também não estão preparadas para repassar as orientações necessárias para que o problema se resolva.

Nos muitos seminários de formação que ministrei, na América e na Europa, observei que os professores, diretores e outros profissionais que trabalham nas escolas receberam pouquíssima formação sobre como propiciar uma boa educação aos jovens que demonstram comportamento agressivo e, menos ainda, sobre como evitar a violência nas escolas (ROYER.2002.p.253)

Silva & Castro (2008), relatam que, nas últimas décadas, as sociedades mundiais, entre elas a brasileira, estão vendo crescer os índices de violência nas escolas: ameaças a professores e alunos, ocupação do espaço pelo crime organizado, lutas entre grupos rivais de jovens, depredação, desrespeito à autoridade de gestores e docentes, são exemplos de fatos que vão se tornando comuns no cotidiano escolar. Tais fatos nos levam a questionar se o papel da escola está se efetivando e qual o papel que a formação docente tem nesse processo.

E dentro desse contexto, reafirmamos da importância de inserir nas licenciaturas e na formação continuada, o tema violência, dando subsídios aos docentes e futuros docentes, bem como, argumentos e formação necessária, para enfrentar essa realidade.

O assunto violência deve ser inserido no planejamento curricular dos cursos de graduação em saúde e educação e ainda em cursos de nível médio, local em que se insere o trabalhador não docente, objetivando a inclusão destes na formação dos futuros profissionais, a fim de terem mais ferramentas de abordagem nas situações habituais de violência. (MAIA, et al, 2013, p.544).

## **5.6. COMPONENTES NECESSÁRIOS PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES FRENTE A VIOLÊNCIA ESCOLAR:**

Diante disso, Royer (2002), nos instiga a fazer as seguintes perguntas: como devemos formar esses educadores? Qual deve ser nossa política de formação nessa área? Como podemos oferecer aos atuais e aos futuros professores a oportunidade de desenvolver capacidades que correspondam aos progressos recentes das pesquisas sobre o assunto? Como podemos considerar que um programa de formação voltado para a violência nas escolas atingiu seus objetivos?

A partir desses questionamentos, Royer (2002) nos apresenta oito componentes necessários para implantação de uma política de formação de professores. E a partir da implantação desses indicadores, os docentes serão capazes de evitar a violência e lidar com ela nas escolas.

5.6.1 - **Primeiro elemento:** a política para formação em violência escolar tem que oferecer aos professores uma compreensão de como a violência se desenvolve.

Sabemos que a presença de fatores de stress familiar (pobreza, uso de álcool e drogas), um grito histórico de negligência parental e de abusos físicos, sexuais ou psicológicos, a presença de depressão e frustração, o sentimento de impotência e a exposição a modelos violentos são, todos eles, partes integrantes do desenvolvimento da violência e do comportamento agressivo nos jovens. (2002.p.255).

Partindo desse princípio, percebemos que uma formação corretamente construída permitirá que os docentes e futuros docentes, se deem conta de que a violência não está na criança, mas nos meios que a criança adotou para poder lidar com o ambiente no qual está inserido, algo que ela aprendeu. E a partir dessas observações, poderá fazer uma análise funcional do contexto onde esses comportamentos ocorrem e por que ocorrem.

5.6.2 - **Segundo elemento:** sua política de formação de professores deve fazer com que os professores se convençam de que a educação e, mais especificamente, as escolas podem contribuir para evitar o desenvolvimento da violência;

Há escolas que punem e tentam controlar a violência (Royer, 1998, 1999), e há outras que educam visando a evitá-la e substituí-la. Vocês não de concordar comigo que a escolha entre essas duas filosofias não cabe ao aluno. (2002.p.256).

Os docentes precisam estabelecer modos de intervir em situações de crise e preocupar-se tanto com o aprendizado acadêmico quanto com os comportamentos agressivos. Entender que a escola é um lugar onde os jovens podem desenvolver e manter relações significativas, um lugar de educação, um lugar onde os alunos se preparam para a vida social.

Para alguns dos jovens que talvez tenham deficiências em termos de socialização, a escola pode representar uma segunda oportunidade, ou mesmo uma última oportunidade de desenvolver as capacidades necessárias para se integrar comunidade, para que eles venham a ser capazes de viver uma vida rica, tanto ao nível profissional quanto ao nível pessoal. (2002.p.257).

5.6.3 - **Terceiro elemento:** a política de formação de professores deve levar os educadores a intervir de forma ativa, mais do que reativa, com respeito à violência e aos comportamentos agressivos em sua escola;

Essa abordagem ativa deve, antes de mais nada, ser examinada no contexto da prevenção, da intervenção precoce. Essa, sem dúvida, é uma missão que deve mobilizar o centro nevrálgico da escola, assumir uma posição estratégica e reconhecer, desde muito cedo, as crianças que apresentam tendências de vir a desenvolver comportamentos agressivos, ou que são vítimas de ambientes marcados por violência (2002.p.257-258).

De acordo com Royer (2002), ainda que, as intervenções desse tipo devem ser baseadas no reconhecimento precoce das crianças de risco e na intervenção junto a esses alunos, a seus pais e a seus pares. Dentro desse contexto, existem pelo menos dois níveis de intervenção: o universal e o específico.

O universal de linha-de-frente, afetam a totalidade da escola: as regras ou códigos de conduta da escola, a comunicação das expectativas e das normas, o ensino das capacidades sociais a todos os alunos de uma turma.

As medidas específicas, de segunda linha, destinam-se a determinados alunos que necessitam de ajuda especial. Consultas individuais e formação sobre como controlar ou substituir os comportamentos agressivos são exemplos dessas medidas.

Essas ações específicas tornam necessária a intervenção precoce em três áreas: na sala de aula, na casa da família e no pátio de recreio, por meio de três agentes sociais decisivos: os pais, os professores e os pares (Desbiens et al., no prelo; Dodge, 1993; Reid, 1993; Royer et al., 1999). Para esses jovens, o ensino não é suficiente. (2002.p.258).

**5.6.4 - Quarto elemento:** sua política para formação de professores deve fazer justiça à diversidade dos problemas e reconhecer as necessidades de intervenção individualizada;

[...] a formulação de intervenções sob medida, tanto no tocante das escolas, em sua luta contra os problemas da violência, quanto em relação aos jovens que são os causadores ou as vítimas dessa violência. Como um bom alfaiate, você terá que adaptar a intervenção à situação particular da escola e do aluno. Isso pode parecer difícil, mas os processos de intervenção desse tipo realmente levam em consideração a complexidade dos problemas da violência e da agressividade hoje encontrados nas escolas. (2002.p.259).

É necessário que os docentes saibam que não se pode usar soluções gerais, para tratar a violência e a agressividade, é necessário sim, que se individualize as intervenções, que cada aluno agressor seja tratado de forma individual. Se faz necessário também, distinguir a diferença entre agressão e agressividade. Nesse sentido Charlot (2002), destaca que:

A agressividade é uma disposição biopsíquica reacional: a frustração (inevitável quando não podemos viver sob o princípio único do prazer), leva à angústia e a agressividade. A agressão é um ato que implica uma brutalidade física ou verbal (*agredire* é aproximar-se, abordar alguém, atacá-lo). (2002.p.436)

**5.6.5 - Quinto elemento:** sua política entende a importância da formação continuada;

[...]a maioria dos professores não recebeu e ainda não está recebendo formação adequada sobre como educar os jovens que mostram conduta violenta ou agressiva, ou sobre como intervir de forma preventiva em relação a esses alunos. (2002.p.260)

Dá a importância de ter uma cadeira específica sobre violência na formação inicial e conseqüentemente na formação continuada, pois hoje a experiência em sala de aula já não é suficiente para lidar com alunos que mostram comportamentos agressivos.

**5.6.6 - Sexto elemento:** sua política valoriza os professores que integram a suas práticas de ensino algumas das práticas exemplares e dos conhecimentos originados nas pesquisas recentes sobre a violência escolar;

Qualquer educador que deseje enfrentar o problema da violência no ambiente de sua escola, tem que estar de posse da maior parte desses conhecimentos, como acontece também com médicos, engenheiros ou químicos, em seus respectivos campos. Sua política para formação de professores deverá, portanto, incluir conhecimentos baseados nos resultados de pesquisas, de modo a fornecer real apoio aos educadores que trabalham na prevenção e no trato com a violência escolar. Isso vale para a medicina e para a aeronáutica, e deve valer também para a educação. (2002.p.262).

**5.6.7 - Sétimo elemento:** qualquer política para formação de professores na prevenção da violência nas escolas deve ajudar esses professores a desenvolver em capacidades sólidas de estabelecer parcerias com os pais, sabendo que a participação dos pais tem influência considerável sobre a eficiência das intervenções dos professores;

O ambiente familiar é uma variável imprescindível na promoção do desenvolvimento e manutenção das capacidades que embasam uma boa integração social. Os dados das pesquisas são claros quanto a isso: o trabalho com as capacidades dos pais desempenha um importante papel no sucesso das intervenções propostas pela escola para tratar dos comportamentos agressivos (2002.p.263).

**5.6.8 - Oitavo elemento:** desenvolvimento de capacidade de trabalho em equipe.

[...] algumas situações têm que ser resolvidas pelo professor em sala de aula; outras serão tratadas pelo diretor ou pela polícia e, por fim, um pequeno número delas será entregue aos serviços sociais. As escolas funcionais e os professores devidamente habilitados desenvolveram a capacidade de trabalhar em parceria com as organizações comunitárias... (2002.p.263).

Dentro dessa perspectiva os docentes precisam entender que, a escola não é uma ilha, ela faz parte de uma comunidade, e com uma formação ideal esses docentes estarão preparados para essa integração, professor/comunidade. O próprio ECA, no seu Art. 4º destaca que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público, assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir dessa pesquisa bibliográfica, foi possível verificar, a necessidade e a importância da violência ser curricularizada na formação acadêmica, para que os docentes não fiquem passivos frente à violência, mas tenham a capacidade e a formação necessária para debater e orientar os alunos na problematização, discussão, e juntos analisar e reconstruir um novo patamar conceitual e pedagógico.

Precisamos que a violência no ambiente escolar, seja tratada de forma firme, conforme prevê a lei, que as transgressões estejam amparadas em um regulamento interno atuante, que ampare os docentes, assim como os alunos. Que a incivilidade seja debatida e incorporada em sala de aula, visando dessa forma minimizar qualquer tipo de violência.

A escola não é lugar de violência, ela é uma instituição social que deve formar cidadão críticos, atuantes, responsáveis e que saibam viver em sociedade.

Assim sendo, percebe-se que é imprescindível que os professores recebam o aporte necessário em sua formação inicial e continuada, afim de que possam adotar uma nova postura em sala de aula frente aos casos de violência. Lembrando que estes métodos não irão acabar com a violência, mas vão permitir que os professores tenham uma nova perspectiva e desenvolvam um novo olhar, frente a violência no ambiente escolar, reduzindo os índices de violência contra os docentes em nossas escolas.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUAS, M. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAID, Fundação Ford, CONSED, UNDIME, 2002.

ABREU, Jean Luiz Neves. **Sociedade Urbana e conflitos sociais na Idade Média**. Mnome – Revista Virtual de Humanidades, n. 11, v. 5, jul./set.2004.

BONAMINO, Alicia. **DIRETRIZES E PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: A PARTICIPAÇÃO DAS INSTÂNCIAS POLÍTICAS DO ESTADO**. Educ. Soc., Campinas, vol. 23, n. 80, setembro/2002, p. 368-385

BRASIL. Decreto Lei 3.914, de 09 de dezembro de 1941. Lei de Introdução ao Código Penal (Decreto Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940) e a Lei das Contravenções Penais (Decreto Lei nº 3.688, de 03 de outubro de 1941). Vadem Mecum Acadêmico de Direito. 4. Ed.-São Paulo: Rideel, 2007.p.440, 450,451e 466.

BRASIL. Decreto Lei 3.931, de 11 de dezembro de 1941. Lei de Introdução ao Código de Processo Penal (Decreto Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941). Vadem Mecum Acadêmico de Direito. 4. Ed.-São Paulo: Rideel, 2007.p 526.

BRASIL. Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto de Criança e do Adolescente, e da outras providências. Vadem Mecum Acadêmico de Direito. 4. Ed.-São Paulo: Rideel, 2007.p.996-1012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acessado em 16 de março de 2015.

BBC Brasil. **Escolas, alunos e professores “não falam a mesma língua”**. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140820\\_salasocial\\_eleicoes\\_educacao\\_contexto\\_rs](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/08/140820_salasocial_eleicoes_educacao_contexto_rs). Acessado em 11 de junho de 2015, às 19:07h.



COUTO, Vânia Sofia Lopes Sengo Freixo de Oliveira. **INDISCIPLINA NA ESCOLA: Um estudo sobre os comportamentos de (in) disciplina de alunos de Cursos Profissionais.** 2013, 86 fls. Dissertação. 2º Ciclo de Estudos em Sociologia. 2013.

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão.** Tradução de Sônia Taborda. Sociologias. Porto Alegre. Ano 4. Nº 8. 2002. Pg.432.443.

DEBARBIEUX, Eric & BLAYA, Catherine (Orgs). **Violência nas Escolas e Políticas Públicas.** Brasília. UNESCO, 2002. 268p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** 8ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HAYECK, Cynara Marques. **Refletindo sobre a violência.** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - julho de 2009. ISSN: 2175-3423

JORNAL ZERO HORA. Violência na sala de aula: professores vão à justiça, 25 de junho de 2006.

MACHADO, Nílson (1997) - Ensaio transversais: Cidadania e educação. São Paulo: Escrituras Editora.

MAIA, Luciana Lourdes Queiroga Gontijo Netto, et al. **Violência escolar: uma percepção da causa na visão do profissional não docente.** São José Del Rei. Universidade Federal de São José Del Rei - Campus Centro Oeste Dona Lindu. (UFSJ-CCO) -Revista de Enfermagem do Centro Oeste Mineiro. 2013. p. 539-546.

MENDES, Tania Maria Scuro. **A Vitimização de Professores e a “Alunocracia” na Educação Básica.** UFRGS. Porto Alegre.2006. 28 f. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2006.

NOGUEIRA, Fernanda, et al. **Educação na atualidade: evolução ou involução?** Texto digitado, junho de 2006.

PALMA, Moacir Dalla: “**A VIOLÊNCIA NOS CONTOS E CRÔNICAS DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XX**”. (Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Letras – Estudos Literários da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras. Área de concentração: Estudos Literários. Orientador: Prof. Dr. Luiz Carlos Santos Simon). Universidade Estadual de Londrina – UEL. Londrina, 2008.

Revista RADIS. **Adolescente: Autor ou Vítima?** Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp). Ed. Nº 152. Maio 2015, pg. 10 a 12.

ROCHA, KMN, et al. **Violência na escola vivida por Professores, Funcionários e Diretores**. Natal. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. UFRN.2011.11fls. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste-REVRENE. 2012.Programa de Pós-Graduação em Enfermagem.

SANTOS, Gilson Lizer dos; et al. **A violência invade as salas de aula: alunos e professores nas manchetes policiais**, Texto digitado, julho de 2006.

SILVA, Hermínia Helena & CASTRO Leonardo Villella de. **Formação Docente e Violência na Escola**. Psicologia da Educação. São Paulo.2008.p.47-66.

SCHERER, Deise Librelotto. **Afetividade e Correção e/ou Tratamento de erros de dois Professores de Espanhol e Língua Estrangeira da Rede Pública do Distrito Federal**. Brasília. Universidade de Brasília. UnB.2008. 197fls. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília – UnB. Brasília. 2008.

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do estado de São Paulo (APEOESP). **Violência contra professores – Quando a tarefa de ensinar vira caso de polícia**. Disponível em: <http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/observatorio-da-violencia/reportagem-especial-violencia-contra-professores/>. Acessado em 11 de junho de 2015, às 18:40h.

SOARES, Michelle Beltrão, et al. **Violência contra o Professor: Sentidos Compartilhados – Práticas Docentes frente ao fenômeno.** 36ª Reunião Nacional da ANPEd. Goiânia. 2013.18fls.

TIBA, Içami. *Adolescentes, Quem Ama, Educa.* São Paulo. Integrare Editora, 2005, p.206; 209.